

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 144 – 27/04 a 01/05/2020

Sumário

- ✖ Destaque da Semana
- ✖ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✖ Notícias do Executivo
- ✖ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✖ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✖ eSocial
- ✖ Outras Notícias
- ✖ Atos Normativos
- ✖ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[STF afasta trechos da MP que flexibiliza regras trabalhistas durante pandemia da Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/04/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada por videoconferência nesta quarta-feira (29), suspendeu a eficácia de dois dispositivos da Medida Provisória (MP) 927/2020, que autoriza empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. Por maioria, foram suspensos o artigo 29, que não considera doença ocupacional os casos de contaminação de trabalhadores pelo coronavírus, e o artigo 31, que limitava a atuação de auditores fiscais do trabalho à atividade de orientação. A decisão foi proferida no julgamento de medida liminar em sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas contra a MP.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF julga prejudicado pedido de fixação de renda mínima temporária em razão da Covid-19](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/04/2020

Nesta quinta-feira (30), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou prejudicado o pedido do partido Rede Sustentabilidade de declaração de mora legislativa do presidente da República e do Congresso Nacional na instituição de renda mínima temporária durante a crise socioeconômica ocasionada pela pandemia do novo coronavírus. No exame da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 56, em sessão realizada por videoconferência, a maioria dos ministros reconheceu o prejuízo do pedido, diante da existência de norma sobre a matéria.

[Ações questionam fim do voto de qualidade no Carf](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/04/2020

O procurador-geral da República, Augusto Aras, e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ajuizaram no Supremo Tribunal Federal (STF) Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs [6399](#) e [6403](#)) contra dispositivo da Lei 13.988/2020 que estabelece o fim do voto de qualidade em empate nos julgamentos administrativos fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O relator das ações é o ministro Marco Aurélio.

[Toffoli solicita aos tribunais do país que enviem recursos representativos de controvérsia para análise da Corte](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/04/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) solicitou a todos os tribunais e turmas recursais do país que enviem recursos representativos de controvérsia – nos quais a questão jurídica é idêntica e se repetem de forma razoável – a fim de que sejam examinados sob o rito da repercussão geral pela Corte. O motivo, segundo o ofício encaminhado, seria o acúmulo de processos no acervo dos órgãos devido à suspensão temporária dos prazos processuais como medida de enfrentamento à pandemia de Covid-19. [Leia a íntegra do ofício.](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Ato consolida medidas adotadas pelo TST para enfrentamento à pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/04/2020

A direção do Tribunal Superior do Trabalho editou, nesta quinta-feira (30), o [Ato Conjunto 173/2020](#), que consolida e uniformiza as diversas medidas adotadas no âmbito do Tribunal a fim de prevenir o contágio pelo novo coronavírus e garantir o acesso à justiça, como o trabalho remoto temporário, o funcionamento dos serviços judiciários não presenciais e a realização de sessões de julgamento telepresenciais.

[Live debate singularidades da pandemia e Dia em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho](#)

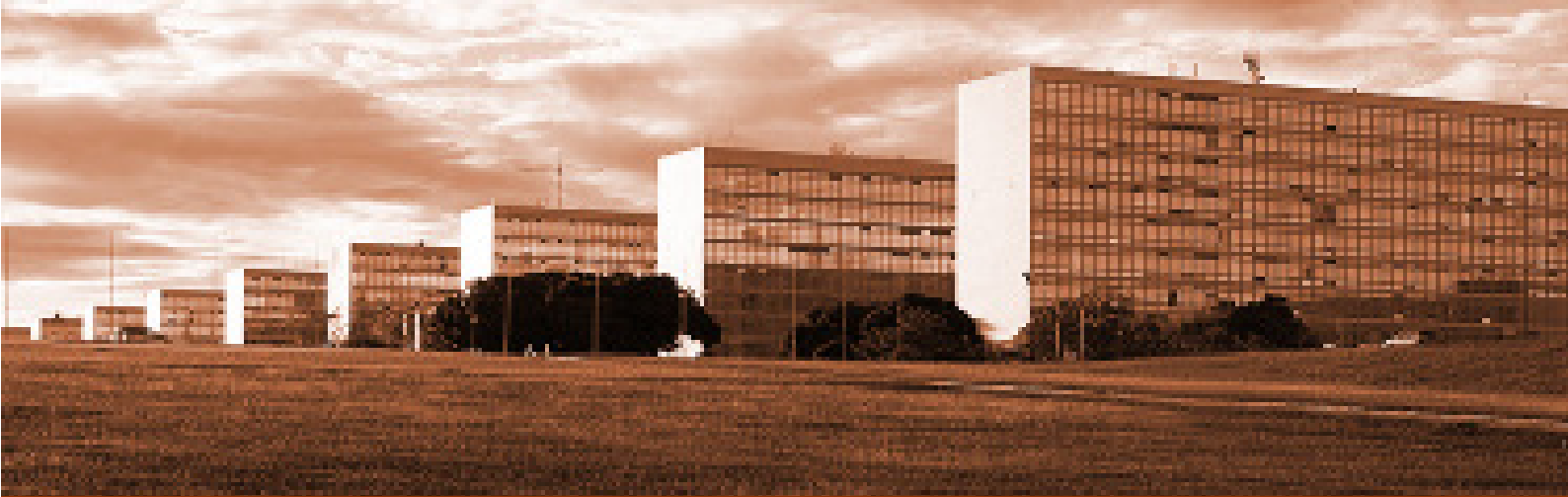
Tribunal Superior do Trabalho - 29/04/2020

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Justiça do Trabalho promoveu, nesta terça-feira (28), Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho, uma live no canal oficial do Tribunal Superior do Trabalho no YouTube para debater a singularidade do momento atual sob a perspectiva da saúde e da segurança no trabalho.

[Presidente do TST ressalta medidas contra Covid-19 em curso sobre relações trabalhistas na pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/04/2020

Na palestra “Reflexões sobre a autonomia da vontade no Direito do Trabalho”, o professor doutor Fredie Souza Didier Júnior afirmou que as reformas trabalhistas demonstram que é preciso pensar a intensidade da proteção do Direito do Trabalho a partir dos graus de vulnerabilidade e hipossuficiência do trabalhador, ou seja, a autonomia da vontade deve ser dosada de acordo com o caso em questão. Ele ponderou que os tempos de pandemia exigem um aumento da proteção do trabalhador e a respectiva redução de sua autonomia da vontade, mas não ao ponto de eliminar a possibilidade do trabalhador poder, em alguns casos, decidir o que é melhor para si.



Notícias do Executivo

[Sergipe emite 2,5 mil notificações a empregadores para proteção de funcionários](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 30/04/2020

Os auditores-fiscais da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia em Sergipe emitiram cerca de 2,5 mil notificações recomendatórias a empregadores do estado, entre 18 de março e a última sexta-feira (24), visando à adoção de medidas emergenciais nos locais de trabalho para evitar a contaminação dos trabalhadores com a covid-19.

[Nota de esclarecimento - processo de revisão das normas regulamentadoras](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 29/04/2020

A Secretaria de Trabalho vem a público prestar esclarecimentos à sociedade, em especial a trabalhadores, empregadores e profissionais de Segurança e Saúde no Trabalho, e manifestar sua discordância em relação ao teor da Ação Civil Pública nº 0000317-69.2020.5.10.0009, em trâmite no TRT da 10ª Região, movida pelo Ministério Público do Trabalho, bem como das notícias veiculadas no site dessa respeitada instituição pública.

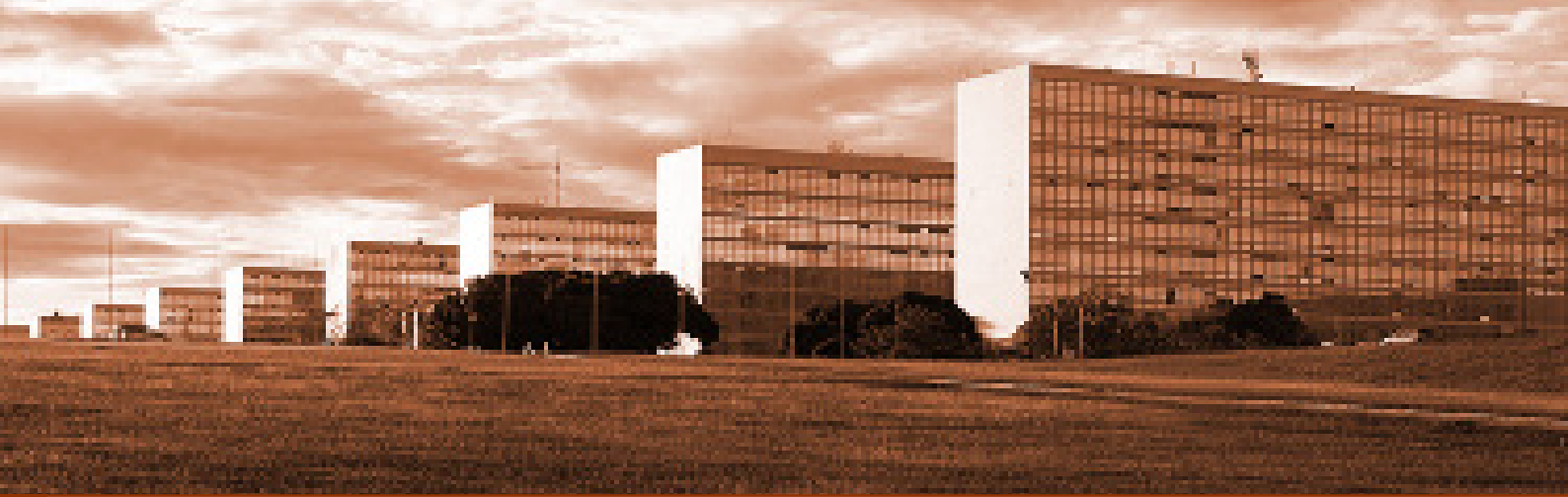
[Pós-crise abrirá janela de oportunidade para mundo avançar em prevenção](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 28/04/2020

Lançada nesta terça-feira (28), data que marca os dias Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e Nacional em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Canpat 2020) reforça a necessidade de o país avançar em ações de prevenção de saúde e segurança no ambiente de trabalho, especialmente no momento em que o mundo enfrenta a pandemia de covid-19.

[Solicitações do seguro-desemprego pela internet chegam a 90% do total](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 28/04/2020



Notícias do Executivo

Dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia mostram que os serviços digitais têm chegado à população. Na primeira quinzena de abril, 90,2% das solicitações de seguro-desemprego foram realizadas via web, seja pelo gov.br/trabalho ou pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital. No mesmo período do ano passado, este número representava apenas 1,6%.

[Acordos do BEm firmados até 24 de abril precisam ser informados até 4 de maio](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 27/04/2020

Os empregadores que firmaram acordos com os trabalhadores relativos ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) até o dia 24 de abril e ainda não prestaram as informações ao governo têm até o próximo dia 4 de maio para o fazer. Os empregadores que não prestarem essas informações no prazo estabelecido deverão arcar com a remuneração normal dos trabalhadores e ainda com todos os encargos devidos até a data em que as informações sobre os acordos forem efetivamente prestadas.

[INSS normatiza prorrogação automática do auxílio-doença](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 29/04/2020

Em atendimento à Ação Civil Pública nº 2005.33.00.020219-8, os pedidos de prorrogação de auxílio-doença serão feitos automaticamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enquanto durar o fechamento das agências, em função da Emergência de Saúde Pública de nível internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Dia do Trabalhador: Conheça as ações adotadas pelo MPT durante a pandemia da Covid-19](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/05/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) vem atuando em diversas frentes para reduzir os impactos da disseminação do novo coronavírus (Covid-19) entre os trabalhadores. Destinação de recursos oriundos de ações civis públicas e termos de ajuste de conduta (TACs), apuração de denúncias de irregularidades trabalhistas, mediações trabalhistas e elaboração de notas técnicas e recomendações para empregadores estão entre as medidas adotadas pela instituição.

[MPT reforça importância da prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/04/2020

Neste 28 de abril, Dia Mundial em Memória às Vítimas de Doenças e Acidentes relacionados ao Trabalho, o Ministério Público do Trabalho reforça a importância da precaução, para garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, ainda mais durante esta pandemia. Dessa forma, a instituição lançou hoje, 28, nas redes sociais, um vídeo para conscientizar a sociedade a respeito da necessidade de garantir esta proteção aos trabalhadores, em especial os que estão na linha de frente do combate à Covid-19.

[Mais de 10 mil denúncias relativas à Covid-19 foram recebidas pelo MPT desde o início da pandemia](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/04/2020

Violações trabalhistas relacionadas à Covid-19 já motivaram 10.361 denúncias ao Ministério Público do Trabalho, até esta segunda-feira (27), o que corresponde a um aumento de 13,7% em comparação com o último levantamento, publicado no dia 20 de abril. Já os inquéritos civis instaurados sobre o tema, que eram 1.747, chegaram a 2078, ou seja, um crescimento de 18,9% em uma semana.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927: Em vitória dos trabalhadores, STF derruba trecho da matéria que restringia Fiscalização do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/04/2020

A sentença é o resultado do julgamento de sete Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs que questionavam a norma legal. Apesar de o relator, ministro Marco Aurélio, ter referendado a MP na íntegra, o Plenário formou maioria em torno da suspensão da eficácia dos dois artigos, seguindo divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes.

[“Trabalho e Covid-19” reúne a síntese das regras trabalhistas e reflexões sobre o momento de pandemia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/04/2020

O SINAIT e a Comissão Técnica – Covid-19/SINAIT lançam, nesta terça-feira, 28 de abril, Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a publicação “[Trabalho e Covid-19](#)”, organizada por integrantes da Comissão com colaboração de Auditores-Fiscais do Trabalho em diversos assuntos.

[28 de abril – Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho é dia de reforçar a prevenção de doenças](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/04/2020

Neste 28 de abril é celebrado o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, em memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Este ano, o tema da Organização Internacional do Trabalho – OIT para a data é “Detenhamos a pandemia: a segurança e saúde no trabalho pode salvar vidas”. O dia está sendo usado pela OIT e por autoridades e entidades da área trabalhista, como o SINAIT, para aumentar a conscientização sobre adoção de práticas seguras nos locais de trabalho e o papel de serviços de saúde e segurança nas empresas para conter esta e outras doenças.



Notícias do e-Social

[NT 18/2020 - Esclarecimentos sobre eventos de SST](#)

Portal eSocial - 30/04/2020

Considerando o elevado número de questionamentos acerca da publicação do [leiaute do eSocial versão 2.5](#) com a consolidação das alterações implementadas até a [Nota Técnica 18/2020](#), é importante esclarecer que a nova publicação refere-se apenas à inclusão das mudanças promovidas pelas Notas Técnicas, não significando o abandono da [versão 1.0 Beta](#) no novo eSocial. Os eventos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) foram replicados pois fazem parte da versão 2.5, atualmente vigente.

[Ajustes na ferramenta de férias do web Doméstico serão disponibilizados no próximo dia 04/05](#)

Portal eSocial - 30/04/2020

A decretação de estado de calamidade pública em função do novo coronavírus (Covid-19) trouxe uma série de modificações nas regras trabalhistas com vistas à preservação dos empregos e da renda dos trabalhadores. Em 22/03/2020, foi editada a Medida Provisória nº 927/20 que permitiu diversas flexibilizações na sistemática de concessão das férias, além da prorrogação do pagamento dos valores devidos ao empregado.

[Redução de jornada e salário: como informar a folha no eSocial Doméstico?](#)

Portal eSocial - 27/04/2020

A Medida Provisória nº 936/20 previu a possibilidade de empregador e trabalhador negociarem uma redução de jornada com a correspondente redução salarial, estabelecendo o pagamento de um benefício para compensar a perda. A medida tem por objetivo garantir o emprego e a renda dos trabalhadores no período de estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 (coronavírus). Para isso, o empregador deverá informar a situação no eSocial, por meio de uma alteração contratual que contemple a nova jornada e salário.



Outras Notícias

[Para advogados, judicialização de conflitos trabalhistas será cada vez maior](#)

Consultor Jurídico - 02/05/2020

A ConJur, em parceria com a instituição de educação Finted e a startup Datalawyer Insights, lançou nesta sexta-feira (1º/5) o [Termômetro Covid-19 na Justiça do Trabalho](#), plataforma que permite a visualização, em tempo real, dos dados dos processos cujas petições iniciais citam “Covid-19”, “coronavírus” ou “pandemia”.

[PGR defende isenção de contribuição previdenciária sobre terço de férias](#)

Consultor Jurídico - 30/04/2020

“Não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, sejam estas indenizadas ou gozadas, pois a verba possui natureza indenizatória/compensatória e não constitui ganho habitual do empregado”. Essa é a [tese](#) com repercussão geral sugerida pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, no processo em que o Supremo Tribunal Federal analisa a constitucionalidade da contribuição previdenciária sobre o terço de férias.

[Trabalhador que sofrer acidente em trajeto volta a ter direitos assegurados](#)

Consultor Jurídico - 27/04/2020

A MP, que vigorou entre 12 de novembro de 2019 e 20 de abril deste ano — data em que o presidente Jair Bolsonaro revogou a medida —, alterou alguns itens da Lei 8.213/91; entre as mudanças, está a revogação do artigo 21, inciso IV, alínea “d” do diploma. De acordo com o trecho, equipara-se a acidente de trabalho todo aquele que ocorrer “no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado”.



Atos Normativos

[RETIFICAÇÃO - PORTARIA SEPRT Nº 10.486, DE 22 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 27/04/2020 Seção I Pág. 22)

- Retifica o art. 9º da Portaria SEPRT nº 10.486, de 22 de abril de 2020, publicada no DOU de 24/04/2020 Seção I Páginas 165/167

[PORTARIA INSS Nº 339, DE 24 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 27/04/2020 Seção I Pág. 26) - Dispõe sobre a

dispensa de comprovação do recebimento ou não de benefício em regime de previdência diverso, bem como de seu valor, por meio da autodeclaração firmada pelo requerente do benefício no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos moldes do Anexo I da Portaria nº 450/PRES/INSS, de 3 de abril de 2020;

[CIRCULAR CEF Nº 902, DE 27 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 28/04/2020 Seção I Pág. 37) - Divulga versão atuali-

zada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[DECRETO Nº 10.329, DE 28 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 29/04/2020 Seção I Pág. 05) - Altera o Decreto nº

10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

[PORTARIA INSS Nº 543, DE 27 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 29/04/2020 Seção I Pág. 42) - Autoriza a transferên-

cia do pagamento de benefícios para modalidade de conta corrente;

[PORTARIA INSS Nº 544, DE 27 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 29/04/2020 Seção I Pág. 42) - Estabelece regras para

o trâmite de documentos necessários à aplicação de Acordos Internacionais de Previdência Social, pelo prazo que durar a emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

[PORTARIA INSS Nº 552, DE 27 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 29/04/2020 Seção I Pág. 42) - Autoriza a prorro-

gação automática dos benefícios de Auxílio-Doença enquanto perdurar o fechamento das agências em função da Emergência de Saúde Pública de nível internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), nas condições especificadas;



Atos Normativos

[CIRCULAR CEF Nº 903, DE 28 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 29/04/2020 Seção I Pág. 43) - Publica a versão 11 do Manual FGTS - Movimentação da Conta Vinculada como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 959, DE 29 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 29/04/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

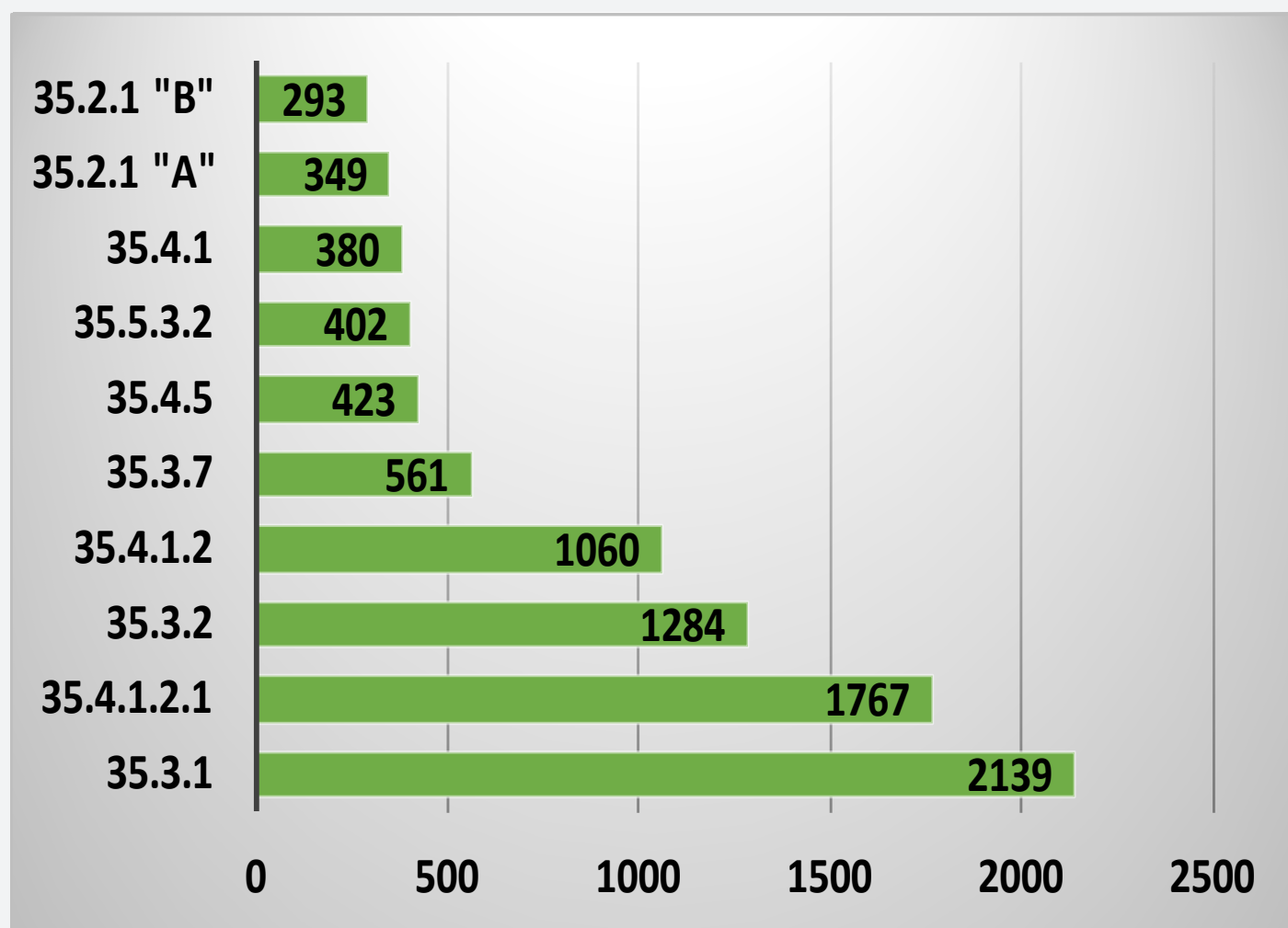
[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 858, DE 29 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU 30/04/2020 Seção I Pág. 35) - Dispõe sobre o recolhimento de remunerações e reembolsos de depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT pelas instituições financeiras;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 860, DE 29 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 30/04/2020 Seção I Pág. 36) - Dispõe sobre a criação de plataforma digital de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine, dedicada a promover e facilitar a contratação de profissionais para atuar no enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 35 (Trabalho em Altura) mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.3.1 O empregador deve promover programa para capacitação dos trabalhadores à realização de trabalho em altura (Dispositivo revogado pela Portaria nº 915/2019).

35.4.1.2.1 A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:

- a) medidas para evitar o trabalho em altura, sempre que existir meio alternativo de execução;
- b) medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores, na impossibilidade de execução do trabalho de outra forma;
- c) medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado.

35.3.7 Ao término do treinamento deve ser emitido certificado contendo o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável. (Dispositivo revogado pela Portaria nº 915/2019).

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

35.5.3.2 O trabalhador deve permanecer conectado ao sistema de ancoragem durante todo o período de exposição ao risco de queda.

35.4.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

35.2.1 Cabe ao empregador:

b) assegurar a realização da Análise de Risco - ARE, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico